

YCS

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE -----  
----- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA -----  
----- PINTURA DE PASSADEIRAS DE PEÕES. -----

----- Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, entre: -----

----- PRIMEIRO OUTORGANTE - **Mário José do Carmo Godinho**, viúvo, natural da freguesia e concelho de Silves, residente em Silves, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Silves, com poderes para este acto e em representação do Município de Silves, pessoa coletiva de direito público número 506 818 837. -----

----- SEGUNDO OUTORGANTE – José Manuel Pinto Barra, casado, natural da freguesia de Santa Barbara de Nexe, concelho de Faro, residente na Rua Dr.º Carlos Paião, nº 79, Montenegro, Faro, que outorga na qualidade de sócio e de bastante procurador da Empresa **MASITRAVE – COMÉRCIO, MONTAGEM, REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E PROJETOS DE SINAIS DE TRÁFEGO, LDA.**, com sede na Rua da Alameda, nº 11, Faro, Pessoa Coletiva n.º 503 496 553, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Faro, sob o mesmo número. -----

----- É reconhecida a identidade do primeiro outorgante e os poderes que se arroga, por ser do conhecimento pessoal da oficial público em substituição Maria de Fátima Machado Gerardo, Técnica Superior da Câmara Municipal de Silves e dos segundos pelos documentos apresentados, que ficam arquivados no processo deste contrato, bem como pelos Cartões de Cidadão n.º 05497425 9ZY7, válido até de 12 de junho de 2022. -----

----- E pelos outorgantes foi dito, na qualidade em que outorgam, que entre si ajustaram e reciprocamente aceitam o contrato relativo à adjudicação da “Prestação de Serviços para Pintura de Passadeiras de Peões”, nas seguintes condições: -----

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

----- O primeiro outorgante, em nome do Município de Silves, adjudica a prestação de serviços ao segundo outorgante, de acordo com a Deliberação de Câmara de 27 de julho

de 2020, na sequência de Concurso Público, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, com posteriores alterações, doravante designado CCP, pelo valor de **6,48 €** (seis euros e quarenta e oito cêntimos) por m2 e até ao valor limite de **199.777,50 €** (cento e noventa e nove mil setecentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a proposta apresentada em 29 de junho de 2020 e em conformidade com o Projeto da Decisão de Adjudicação, datado de 14 de julho de 2020, documentos que ficam fazendo parte integrante deste contrato e ficam arquivados na pasta de documentos respetivos.-----

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

-----O contrato entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da outorga do mesmo, e mantém-se em vigor pelo período de um ano, prorrogável por igual período até ao máximo de 3 anos, se não for rescindido inequivocamente e por escrito por qualquer das partes, mediante carta registada com aviso de receção, até 30 dias antes do termo do período em curso e em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos, de acordo com o preceituado na Cláusula 4.ª do Caderno de Encargos.-----

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

-----Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a representada do segundo outorgante as seguintes obrigações principais, de acordo com o preceituado na cláusula 5.ª do Caderno de Encargos: -----

-----a) Executar todas as tarefas inerentes ao serviço, conforme descrito na Cláusula 1.ª da Parte II – Cláusulas Técnicas - do Caderno de Encargos e demais documentos contratuais; -----

\* C. 8

-----b) Comunicar antecipadamente por escrito à representada do primeiro outorgante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços definido no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais; -----

-----c) Não alterar as condições da prestação do serviço fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;-----

-----d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.-----

-----2 – A título acessório, a representada do segundo outorgante fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

-----Os serviços serão efetuados de acordo com as necessidades e serão previamente objeto de uma comunicação via email.-----


-----Os trabalhos deverão ter início, no máximo de 5 dias, após a comunicação.-----

#### **CLÁUSULA QUINTA**

-----As quantias devidas pela aquisição atrás referido serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção e conferência pela representada da primeira outorgante das respetivas faturas, que obrigatoriamente farão referência ao número de compromisso e as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, de acordo com a cláusula 11.<sup>a</sup> do caderno de encargos. -----

#### **CLÁUSULA SEXTA**

-----Uma vez que no presente procedimento não é exigida caução, conforme o disposto do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, a representada da primeira outorgante sempre que considerar conveniente, irá proceder à retenção de até 10 % do

 valor dos pagamentos a efetuar, de acordo com o preceituado na Cláusula 17.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos. -----

### **CLÁUSULA SÉTIMA**

----- Nos termos do n.º 1 do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato é o trabalhador Nuno Afilhado, de acordo com o preceituado na cláusula 21.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos. -----

----- Em tudo o mais regulará a legislação aplicável, nomeadamente as disposições do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto e Portaria nº 766/84, de 27 de Setembro. -----

----- A despesa resultante deste contrato tem cabimento de verba pela rubrica orçamental seguinte: Classificação Orgânica: Capítulo 01.02; Classificação Económica: Capítulo 02; Grupo 02, Artigo 03. -----

----- Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do art.º 5 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, ao presente contrato foi prestado o compromisso n.º 26470/2020, datado de 03 de agosto de 2020. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por Deliberação de Câmara de 27 de julho de 2020, nos termos do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Assim disseram e outorgaram do que dou fé. -----

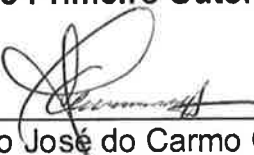
----- Arquia-se os seguintes documentos: -----

----- a) Certidão Permanente do registo Comercial, subscrita em 26 de junho de 2008 e válida até 27 de fevereiro de 2021; -----

----- b) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em 22 de maio de 2020, pelos Serviços da Segurança Social Direta; - -----

- c) Certidão comprovativa da situação tributária regularizada, emitida em 06 de julho de 2020, pelos Serviços de Finanças de Faro; -----
- d) Certificados do Registo Criminal dos titulares dos Órgãos Sociais da Gerência bem como da representada do segundo outorgante, datados de 30 de outubro de 2020, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direcção-Geral de Administração da Justiça;-----
- e) Procuração. -----


**Pelo Primeiro Outorgante**

  
Mário José do Carmo Godinho

**Pelo Segundo Outorgante**

  
José Manuel Pinto Barra

**O Oficial Público em substituição**

  
Maria de Fátima Machado Gerardo

